



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

O ESTADO DA SAÚDE E A “DOENÇA” DAS PROSTITUTAS: UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DA PROSTITUIÇÃO NOS DISCURSOS DO SUS E DO TERCEIRO SETOR *

Flavio Cruz Lenz Cesar
Davida – Prostituição, Direitos Civis, Saúde
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict) –
Fiocruz – Ministério da Saúde
flaviolenzcesar@hotmail.com

Introdução

Este trabalho compara os discursos e representações sobre as prostitutas no Sistema Único de Saúde (SUS) com as autorrepresentações construídas por elas no movimento social. Pretende ainda analisar, no setor de Saúde, a reprodução e a resistência aos estigmas associados à prostituição pelo saber biomédico desde o século XIX; e investigar as estratégias de comunicação de uma organização de prostitutas.

Parto do pressuposto de que a prostituição, enquanto afirmada por suas protagonistas como profissão, permanece confinada pelo Estado ao setor de Saúde, associada a doença biológica, comportamental e social.

O trabalho pretende contribuir para reflexões no movimento social de prostitutas e no Estado, e para a interlocução entre ambos.

Central neste texto é o conceito de representação social. Para o teórico dos Estudos Culturais Stuart Hall, é fundamental trabalhar com a noção de **sentido** para compreender representação social, uma vez que sentido seria “*produzido* – construído – ao invés de simplesmente ‘achado’” (HALL, p.5). Para ele, cultura é construída pela “produção e troca de sentidos – ‘o dar e receber sentidos’ – entre os membros de uma sociedade ou grupo”. Assim, depende de seus participantes interpretarem de forma semelhante o entorno, de o mundo “fazer sentido” similar para eles, sendo os “sentidos culturais [que] organizam e regulam as práticas sociais, influenciam nosso comportamento e conseqüentemente têm efeitos reais, práticos” (idem, p.2).

E aqui o autor introduz o conceito: “É pelo uso que fazemos das coisas, pelo que dizemos, pensamos e sentimos sobre elas – pela forma como as representamos – que



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

damos sentido a elas (...). É o uso que fazemos de tijolos e massa que faz deles uma ‘casa’, e o que sentimos, pensamos e falamos sobre ela que faz da ‘casa’ um ‘lar’” (p.3, grifos do autor). Em resumo, “sentido está sendo constantemente produzido e compartilhado em cada interação pessoal e social da qual fazemos parte” (idem).

A questão é que, “para comunicar esses sentidos para outras pessoas”, é preciso “usar os mesmos códigos linguísticos, ‘falar a mesma língua’”. Não necessariamente um idioma, mas códigos linguísticos entendidos de forma mais ampla, incluindo “a linguagem corporal e as expressões faciais” interpretadas de forma semelhante (p.4).

Linguagens, assim, “operam através da representação. São ‘sistemas de representação’” (...) que usam alguns elementos – sons, palavras, notas, gestos, expressões, roupas – para tomar o lugar ou representar um pensamento, conceito, ideia, sentimento” (p.4-5).

Essa visão adota a concepção construcionista ao explicar “como a representação do sentido pela linguagem opera”. Nela, “as coisas não *significam*: nós *construímos* sentido, usando sistemas representacionais – conceitos e signos” (idem). Assim,

... não devemos confundir o mundo *material*, onde coisas e pessoas existem, e as práticas e processos *simbólicos* por meio dos quais representação, sentido e linguagem operam. Construtivistas não negam a existência do mundo material. Contudo, não é o mundo material que proporciona sentido: é o sistema da linguagem ou qualquer outro sistema que nós utilizamos para representar nossos conceitos. São os atores sociais que usam os sistemas conceituais de sua cultura e os sistemas linguísticos e outros sistemas representacionais para construir sentidos, para fazer o mundo ter sentidos e para comunicar sobre o mundo de uma forma que faça sentido para todos (ibidem, p.25, grifos do autor).

Mas a representação, alerta Hall, não prescinde da dimensão material, ou ainda melhor, os sistemas de representação são compostos desta dimensão, já que ela está nos “*sons*” produzidos por nossas cordas vocais, nas “*imagens*” impressas no papel foto sensível da era analógica, nas “*marcas*” pintadas na tela, nos “*impulsos*” digitais que transmitimos eletronicamente (idem, grifos do autor). Por isso:

Representação é uma prática, um tipo de ‘trabalho’, que usa objetos materiais e efeitos. Mas o sentido depende não da qualidade material do signo, mas da



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

sua função *simbólica*. É porque um som particular ou uma palavra toma o lugar de, *simboliza* ou representa que ele/ela pode funcionar, na linguagem, como um signo e proporcionar sentido – ou, como dizem os construcionistas, significar (sign-i-fy) (ibidem, p.26, grifos do autor).

Se a representação é uma prática, se os sentidos são construídos, podem ser reconstruídos. Por isso, representações estão sempre mudando, nunca é possível

produzir um momento final de verdade absoluta. Ao contrário, [trata-se de uma] corrente infinita (...) Qualquer noção de um sentido *último* é sempre, interminavelmente, adiada, descartada (idem, p.42, grifo do autor).

Acompanhado do conceito de representação social, passo a tratar da construção de representações da prostituta e da prostituição no século XIX. É o período em que o modelo biomédico de saúde, com sua concepção naturalista e biológica da mulher, o controle de sua sexualidade e seu isolamento social, atribui a ela o papel social da reprodução e da maternidade (BATISTELLA, 2007, ROHDEN, 2008, GIFFIN, 1991).

Logo dessexualizada, a mulher é depois representada como “corpo hormonal”, porque a falta do desejo era percebida como “ameaça ao casamento e à divisão sexual do trabalho” (ROHDEN, 2008, p.146). A autora aponta um discurso científico vizinho da ideologia e da história, a retratar o que se espera da sociedade e de seus atores.

Já os sentidos construídos sobre a prostituta são outros. Exercendo sexualidade insubmissa, driblando as funções exclusivas de reprodutora e mãe, associando sexo à atividade produtiva e ocupando o espaço público, masculino, as meretrizes são objeto de modelos explicativos baseados nas concepções da “mulher normal”. A prostituta é uma ameaça, a “estimular” o desejo das outras mulheres de participar da vida pública.

Num contexto em que a medicina científica moderna formava-se subordinada ao desenvolvimento do capitalismo (FOUCAULT apud BATISTELLA, 2007, p.52), no qual produção, consumo e lucro tornam-se centrais; em que se transitava da era dos miasmas para a era bacteriológica, também se alteravam as estratégias de ordenação e disciplinarização dos espaços urbanos, da localização e circunscrição de áreas que originavam perigosos ares para qualquer ser ou situação (ENGEL, 2004, p.47-48).

Substituindo a teoria dos miasmas, a teoria pasteuriana dos germes indicava que a doença não provinha fundamentalmente dos pontos concentrados de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

sujeira, mas poderia emanar de qualquer parte: assim, todo indivíduo se tornava suspeito, aparecendo como um portador em potencial do micróbio. A ameaça do contágio poderia estar em qualquer parte (RAGO, 1985, p.44).

A cidade estava doente, segundo a ciência médica, o que iria conferir aos médicos um papel de protagonistas. O foco (literalmente) passa aos indivíduos. E a prostituição é classificada como doença para tornar-se mais controlável.

Com os juristas, os médicos debatem regulamentar ou abolir a prostituição (esta adotada no país), criando-se novas concepções sobre a prostituta, como a de vítima.

O lenocínio viria a ser criminalizado nos 1890, no primeiro Código Penal republicano. O Código em vigor, de 1940, criminaliza a “mediação para servir a lascívia de outrem”; o “favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual”; a manutenção de “casa de prostituição”; o “rufianismo”, ou obtenção lucro com a prostituição alheia; o “tráfico internacional [e interno] de pessoa para fim de exploração sexual” (BRASIL, Código Penal).

Ou seja: tudo em torno da prostituição é crime, a não ser o próprio oferecimento, realização e contratação de serviços sexuais, desde que entre maiores de idade.¹

Essa posição tem origem na reação de feministas inglesas, no século XIX, à detenção de mulheres suspeitas de prostituição em nome do combate a doenças sexualmente transmissíveis. Para as abolicionistas, prostitutas eram vítimas por razões sócio-econômicas e não deveriam ser reprimidas ou punidas, mas resgatadas ou reabilitadas (DOEZEMA apud MELLO, 2007, p.9). Essa visão se formalizou no Tratado Abolicionista Internacional, da ONU, assinado pelo Brasil em 1951.

Assim, no início do século passado, as concepções sobre as prostitutas já formavam um amplo espectro, sobretudo negativo: lixo e esgoto; mal necessário;

¹ Vale ressaltar que, recentemente, um juiz de São Gonçalo (RJ) absolveu cinco acusados e libertou o único deles que estava preso das acusações de exploração da prostituição, de manter casa de prostituição e de formação de quadrilha. A decisão foi justificada: não havia menores no local, mas adultos capazes de exercer a profissão, a prostituição é socialmente aceita enquanto o Código de 1940 tem a “visão arcaica de que sexo é sujo”, os motéis estão todos abertos, embora seja proibida a manutenção de locais para a prática de atos libidinosos. O juiz André Luiz Nicolotti também se declarou “muito a favor” da legalização da prostituição, “porque a atividade será regulamentada e elas [as prostitutas] serão beneficiadas” (O DIA, 31/5/2001, p.1 e 17; O DIA, 1/6/2011, p. 4 e 5).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

degenerada nata; mulher inacabada, dessexualizada, fria, pervertida, doente; louca moral; inimiga do trabalho; fantasma e ameaça social (como transmissora de doenças venéreas e de maus exemplos para outras mulheres); independente, livre e poderosa (representações que alimentavam a ideia dos efeitos negativos nas outras mulheres); vítima (seja de miséria, escravidão ou tráfico internacional de mulheres); femme-fatale.

Muitas décadas depois, as prostitutas iriam construir autorrepresentações que se confrontassem com o discurso hegemônico.

Autorrepresentações do movimento de prostitutas

No Brasil, a primeira ação pública de prostitutas em defesa de seus direitos aconteceu em 1979, na cidade de São Paulo. Impedidas de ficar nas ruas após as 22h, vítimas de extorsão, prisões, tortura, desaparecimentos e até assassinatos, prostitutas e travestis da Boca do Lixo se uniram para denunciar as violações de direitos humanos lideradas por um delegado de polícia. “Que homem entraria num prédio de prostituição com dois carros de polícia parados na portaria?” (LEITE, 2009, p.74).

A repressão do Estado foi, assim, o estopim para a organização do movimento. Sua formalização ocorreria em 1987, com o I Encontro Nacional de Prostitutas, no Rio.

Promovido por Gabriela Leite, que havia participado da revolta paulistana, trabalhara na Zona Boêmia de Belo Horizonte, mudara-se para o Rio para batalhar na Vila Mimosa e coordenava o Programa Prostituição e Direitos Civis, no Instituto de Estudos da Religião (Iser), o encontro contou com 70 prostitutas de 11 estados e alcançou grande repercussão na mídia. Do evento resultaram a fundação de associações de mulheres da vida em diversos estados e a criação da Rede Brasileira de Prostitutas.

Sexualidade, violência, saúde e educação, em destaque, e profissão, organização, preconceito, discriminação, estigma, moralismo e hipocrisia, faziam parte da pauta do encontro.² Porém, “mesmo com todo o esforço para conduzir a discussão [...], tudo acabava no assunto da violência. [...] Mas não era de qualquer violência [...], e sim da violência policial” (LEITE, p.147). Para além deste tema-estopim, “A sociedade nos viu

² LEMOS, Jesus. Anos 80: sexo vira moda mas não resolve sexualidade. **Beijo da rua**, Rio, 1991. Ano III, nº 7. Moral da História (VI), p.14; LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta**: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio: Objetiva, 2009, p.147; DAVIDA. **Prostitutas cidadãs**: o movimento organizado no Brasil e no exterior. Rio, maio de 1994.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

organizadas pela primeira vez. Nós nos vimos assim pela primeira vez” (idem, p.149).

A redemocratização contribuiu para a criação do movimento. Ampliavam-se os movimentos sociais, como o gay e o de luta contra Aids. Embora houvesse resistência na sociedade civil a associações com um Estado recém-saído do período repressor, já surgiam articulações, como apoio do Ministério da Cultura ao evento das prostitutas.

A maior parte dos registros do I Encontro Nacional de Prostitutas está na imprensa.³ Nela, é possível encontrar indicações da luta do movimento organizado para tentar desconstruir representações e construir novos discursos e sentidos.

Coordenadora do encontro, Gabriela Leite é citada no dia da abertura do evento: “Para que este encontro seja vitorioso é preciso que ao final dele as prostitutas saiam com a sensação de terem conquistado um espaço. Este é o primeiro passo para o reconhecimento da nossa cidadania.” (**O Fluminense**, 20/7/1987, s/p.).

Esse espaço a que se referia não é o da zona, já de muito conquistado, mesmo que pela concessão. “Se for preciso dar lugar às sexualidades ilegítimas, que vão incomodar noutro lugar: que incomodem lá onde possam ser reinscritas, senão nos circuitos da produção, pelo menos nos de lucro” (FOUCAULT, 2003, p.10). E, contrariamente ao sentido pejorativo da palavra zona (bagunça, parece tratar-se de espaço formal, organizado, de discurso, onde seja possível se fazer ouvir, na tentativa de superar o “tríplice decreto de interdição, inexistência e mutismo” (idem).

A coordenadora também ataca antigas representações: “Somos contra as teses de direita, que dizem que a prostituta é um mal necessário, e contra as de esquerda, que afirmam que prostituta é resultado da sociedade capitalista, passível, portanto, de recuperação pela sociedade ideal. Não somos vítimas, temos que lutar por nossos direitos, nosso espaço, e não continuarmos marginalizadas.” (**O Globo**, 21/7/1987, s/p.)

Já a prostituta Sueli afirma que “a gente não é aquele foco da Aids, a gente chega num lugar, se fala que a gente é isso, nossa senhora!” (CASTILHO, 1987, p.6). Embora o tema da Aids surja em alguns jornais, ele é claramente minoritário em relação a “violência policial”. Independentemente de se tratar de Aids, de ausência de cidadania,

³ DAVIDA, 1994. Trata-se de um caderno de clippings, com originais e fotocópias de matérias de jornais e revistas reunidos e organizados pela ONG, com datação de 1982 ao início de 1994.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

de vitimização, de mal necessário, marginalização, recuperação, o que se nota é como a denúncia central das mulheres está referida ao motor de tudo isso, o estigma.

Se não o das “abominações do corpo – as várias deformidades físicas”, ou “os estigmas tribais de raça, nação e religião”, o terceiro tipo relacionado por Goffman (1988, p.14): o das “culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade...”

Outra fonte, também midiática, tem lugar especial. É o tabloide **Beijo da rua**, concebido no encontro de 1987, lançado em 1988 pelo Iser e desde 1993 publicado pela ONG Davida. O jornal cobre eventos promovidos por associações e/ou pela Rede Brasileira de Prostitutas, o cotidiano da prostituição, saúde, direitos humanos, legislação, cultura. É editado por este pesquisador desde o lançamento e ganhou, em 2004, versão eletrônica (www.beijodarua.com.br).⁴ Sua relevância está em se constituir mídia do próprio movimento, ser um mediador dos novos sentidos sociais propostos desde dentro. Nele é possível encontrar reações e novas proposições no que se refere às representações e identidades associadas às prostitutas.

Na “Coluna da Gabi” da edição 0, lê-se, como um ano antes no **Globo**, que

... tentamos priorizar a organização das prostitutas em um movimento, e ao mesmo tempo enfatizar que a prostituição não é um fenômeno à parte da sociedade e sim que está inserida nela. Dessa forma, tentamos mostrar que a prostituta não é uma vagabunda ou então o resultado do capitalismo selvagem, mas sim a linha direta de uma sociedade que morre de medo de encarar sua sexualidade e conseqüentemente se sente profundamente ameaçada quando a prostituta mostra seu rosto (LEITE, 1988, p.2).

Como se vê, duas representações da prostituta, vagabunda e vítima da miséria, são novamente confrontadas. Como no discurso médico do século XIX, especialmente por Cesare Lombroso, que constrói a identidade da prostituta a partir da “mulher normal” (RAGO, 2008, p.187), aparece aqui uma reconstrução de sentidos que se remete a um pré-construído. Se a prostituta é o oposto da “mulher normal”, para

⁴ Minha posição de editor inclui promover reuniões de pauta, sugerir e acolher sugestões de matérias, pautar jornalistas e outros profissionais, apurar e escrever reportagens, trabalhar com o editor de arte e editar o jornal. Mas nunca fui o único responsável pela orientação editorial do **Beijo da rua**, além de não intervir conceitualmente em textos de prostitutas e de outros ativistas do movimento.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

reconstruir a identidade da primeira se recorre às “características” atribuídas à prostituta em oposição àquela outra mulher, remontando a equação: a prostituta é reconstruída em oposição à prostituta construída em oposição àquela mulher.

Também se buscará criar outra “mulher normal”, na qual habitem mulher e prostituta, sem as suas representações negativas. Apenas mulher, seja meretriz ou não.

Políticas públicas e prostituição

Investigo, agora, as políticas públicas dirigidas a prostitutas, que entraram em cena vinculadas à Aids, tornada pauta desse movimento em 1989, durante o seu segundo encontro nacional, chamado I Encontro Interdisciplinar de Prostituição e Aids.

Políticas públicas, no sentido amplo, podem ser entendidas “como o ‘Estado em ação’ (GOBERT, MULLER, 1978); é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, ações voltadas para setores específicos da sociedade” (HÖFLING, 2001, p.31). Políticas públicas são “as de *responsabilidade* do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada”.

Nascem as políticas públicas, assim, num processo “permeado por questões políticas que transcendem as questões puramente técnicas presentes no ciclo: “demanda→ agenda→ formulação→ decisão→ implementação→ avaliação” (SCHMIDT, 2006, p.16).

Os anos 1980, ao trazerem as primeiras notícias sobre a Aids, associavam a doença à transmissão sexual entre homossexuais masculinos, provocando preconceito e discriminação social e sexual. Criou-se a concepção de grupos de risco, englobando ainda usuários de drogas injetáveis e prostitutas.

Parece então que, no início da epidemia, essa concepção contribuiu para que o Estado visse como **sua responsabilidade** capitanear ações voltadas para essas populações, especialmente homossexuais e prostitutas, por meio do atual Departamento Nacional de DST, Aids e Hepatites Virais, do Ministério da Saúde. No caso das meretrizes, o crescimento da epidemia entre mulheres na segunda metade da década (BRASIL, 2002, p.57) reforçou essa tendência. Essas iniciativas consideravam também



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

os parceiros comerciais – indiretamente as parceiras destes – e os fixos.

Ao assumir a luta contra Aids por meio da metodologia de educação entre pares, disseminada entre as associações, prostitutas passam a produzir novos – e contraditórios – sentidos. Se confrontam a associação à síndrome, buscando colocar-se como atores da prevenção, também demonstram a presença do estigma na profissão, ao tentarem dela se distanciar, preferindo outra identidade. As prostitutas capacitadas como multiplicadoras de informação, educadoras de pares, “passam a não mais se considerar prostitutas e sim agentes de saúde” (idem, p.67).

Mesmo com essas questões, como a “nova” identidade social, tais projetos contribuíram para fortalecer a interlocução local – “os projetos desempenham um papel relevante na inibição de abusos e ações arbitrárias, exercendo a função de interlocutores juntos às instâncias policial e de direitos humanos” (BRASIL, 2003, p.32) – e criar nas meretrizes a percepção de que “as associações ajudam a enfrentar problemas como violência policial” (BEIJO DA RUA, abril 2002, p.10).

Assim, desde 1989, com a Aids em sua agenda, o movimento participa da articulação de políticas públicas de Saúde, sobretudo relativas à Aids. Isso contribuiu para a organização de um movimento que ressignificava a prostituição como profissão.

Pois mesmo que a violência policial tenha sido o tema-estopim, seguido pelo enfrentamento da Aids, é no contexto da constituição identitária da prostituta como profissional que se dá o desenvolvimento da organização das prostitutas – uma vez que esse movimento nunca propugnou a vitimização e a redenção e buscou deslocar-se do campo do discurso sanitário e moral para o espaço da cidadania e dos direitos humanos.

O ponto central, porém, é: o que novamente mobiliza o Estado são as DST, como havia ocorrido com a sífilis mais de um século antes – a experiência e o aparato públicos talvez permitissem nesse campo uma reação mais rápida, além da urgência da Aids. Mas é ainda preciso dominar essa sexualidade insubmissa.

Assim, por uma “demanda indireta” do movimento social – e havia duas outras, mais diretas –, em pouco tempo o Estado se faz presente. Cria-se espaço de interlocução na Saúde: possibilidades de construção e circulação de sentidos, de ações, de programas, até de demandar, formular, decidir, implementar e avaliar políticas públicas.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Quem não tomaria na mão uma oportunidade dessas, mesmo com o peso do estigma da antiga associação às DST? E são outros os tempos: de redemocratização, reconquista de direitos, cidadania. De liberdade de expressão, de reunião, de organização. De Reforma Sanitária, Constituinte, de fortalecimento do Terceiro Setor, de interlocução com o Estado, não mais repressor, não mais inimigo.

Mas aí se dão os embates. Há conquistas, perdas, mas sobretudo batalha-se em torno de sentidos e representações. O Estado resiste ao que considera escassez de “assuntos biomédicos” em manuais de prevenção.⁵ Por outro lado, prostitutas aceitam tornar-se especialistas em projetos e até objetos de estudo consentido. Também caem na armadilha do estigma, facilitada por assumirem o lugar de promotoras da prevenção. E isso se dá dentro dos princípios da promoção da saúde, de aproximação com a própria comunidade, convocada a atuar na melhoria da qualidade de vida e saúde.

Se num momento o Estado-Saúde concorda em lançar uma campanha com o slogan “Sem vergonha, garota. Você tem profissão”, em seguida esconde no site do órgão de Aids o adesivo que diz “Sem vergonha de ser prostituta” e os que tratam da valorização do trabalho, da luta por direitos e da denúncia da violência. Lá permanece o que incentiva o uso da camisinha. A prostituta saudável. Ou seria a prostituta doente?⁶

Enquanto as interlocuções com o setor de Saúde/Aids contribuem para dar visibilidade e situar prostitutas como sujeito de direitos, também causam dependência financeira e política, em muitas organizações. É a parceria versus a autonomia.

Especificidades e resistências são elementos importantes a apontar para a manutenção dessas representações. Enquanto a 12ª Conferência Nacional de Saúde, por exemplo, faz recomendações de ações com as “profissionais do sexo” (BRASIL, 2004, p.87), o Programa Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), um ano depois, resiste e deixa de fora as mulheres da vida (FREITAS et alli, 2009)

O ponto central, repito, é que as prostitutas parecem estar confinadas pelo

⁵ Trata-se do manual **Fala, mulher da vida** (Rio: ISER, 1989), produzido com recursos da Saúde. Em avaliação do conteúdo, técnicos do governo consideraram que não eram aprofundados “suficientemente determinados assuntos biomédicos, como a estrutura do HIV e outros”. (PETERSON, 1989, p.4).

⁶ Disponível em: <http://www.aids.gov.br/campanha/profissionais-de-sexo-sem-vergonha-garota-vocetem-profissao>. Acesso em: 17/4/2011. Os adesivos não disponíveis só existem hoje no formato impresso.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Estado ao setor da Saúde, com exceções mencionadas adiante. Continuam associadas, como no século XIX, a doença biológica, comportamental e social. Esta visão também tem sido adotada por outros pesquisadores mais recentemente.⁷

Estratégias de comunicação de uma ONG de prostitutas

Trato brevemente, agora, das estratégias de comunicação da organização não-governamental Davida – Prostituição, Direitos Civis, Saúde.

A peculiaridade da futura organização é que ela já era referência de ativismo, para as prostitutas, antes de se constituir formalmente, em 1992. Isso porque, quando ainda um Programa (“Prostituição e Direitos Civis”) na estrutura de uma ONG (Iser), já havia liderado aquele I Encontro e estabelecido articulações com o governo.

Para se apoderar na nova etapa, parece ter compreendido a comunicação como “o grande espaço de construção e circulação de sentidos e informações – e, portanto, de construção de realidades simbólicas, imateriais” (PEREIRA; HERSCHMANN apud OLIVEIRA, 2003, p.2)

A grande maioria das ações, como acontecia quando Programa, continuou lastreada no campo da Aids, embora com iniciativas nas áreas do Trabalho e Economia, Direitos Humanos, Legislativo, e no movimento nacional e internacional de prostitutas. Mas foi, sobretudo, por meio de estratégias e ações de comunicação que a ONG incentivou publicamente o debate sobre a prostituição.

Alguns exemplos: inclusão de “profissionais do sexo” na Classificação Brasileira de Ocupações, do Ministério do Trabalho, que contou com prévia mobilização da ONG, em 2002; apoio e participação em audiências públicas sobre o projeto de lei 98/2003, que descriminaliza casas de prostituição; criação da grife Daspu, em 2005; denúncia da ONG de que a Usaid passaria a exigir, de organizações por ela financiadas, a assinatura de uma cláusula de condenação da prostituição – o resultado

⁷ Um desses pesquisadores é a psicóloga Luciene Jimenez, professora da Universidade Bandeirante de São Paulo. Referência a seu estudo (não localizado) foi encontrada no **Diário da Saúde**, que atribui a ela a ideia de que “em relação à aids e prostituição acontece o mesmo viés regulamentarista dos tempos da sífilis”. Em seguida, a psicóloga é citada: “Para ser uma política [dirigida a profissionais do sexo] voltada para a questão da cidadania precisa de fluxos e parcerias que estão fora da saúde como educação, cultura, habitação”. Disponível em: <http://scinetolife.com.br/news.php?article=politicas-publicas-prostituicao-nao-dao-espaco-cidadania&id=4198>. Acesso em: 4/4/2011



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

foi a recusa pelo governo brasileiro de 48 milhões de dólares da agência.

Os dois exemplos iniciais indicam o investimento da ONG na identidade social da prostituta como profissional, em busca de direitos e deveres no mercado formal. A Daspu, que nos primeiros 102 dias de existência teve mais de 50 notas, reportagens e entrevistas em jornais diários do Rio e de São Paulo (LENZ, 2008, p.252), uma nova forma de ação política: “Desfile-que-não-termina, que reverbera para além do campo da moda, contagiando as esferas de poder do campo das políticas públicas, reinventando ações políticas” (BORTOLANZA, 2007). E o episódio da Usaid, o ativismo conjunto com outros movimentos sociais, que apoiaram a demanda (**THE LANCET**, 14/5/2005).

Um conjunto de estratégias e ações que podem demonstrar a construção dos novos sentidos e representações pelo movimento de prostitutas, resumidos nas palavras de Leite, na coluna “Caminho aberto para a puta cidadã”. (LEITE, 2006, p.12).

“Quando minhas amigas putas estavam lá desfilando lindas e altivas, sem vergonha de ser puta, elas estavam falando por si mesmas e sendo políticas, extremamente políticas revolucionárias” (idem).

Considerações finais

A princípio, o que existiu dentro do setor de Saúde foram programas, projetos e eventos financiados, arranjos. Houve documentos relativos à prevenção de Aids, como as recomendações do Seminário Nacional Aids e Prostituição, em 2002, que tangenciaram questões de direitos humanos e cidadania (**BEIJO DA RUA**, abril 2002, p.6); ou a Consulta Nacional de 2008, recomendando ampliação ainda maior de interlocuções, para a Cultura e o Trabalho (BRASIL, 2008).

Mais adiante, as prostitutas passaram a ser incluídas em políticas públicas para mulheres em geral, o que também refletia uma demanda do movimento. Entre elas, ainda no campo da Saúde/Aids, o Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST, lançado em 2007.⁸

Contudo, não há no país, de fato, política pública para prostitutas no campo da

⁸ Versão 2009 do “Plano...” disponível em:

<http://sistemas.aids.gov.br/feminizacao/sites/default/files/PlanoIntegrado-2009.pdf>. Primeira versão em:
http://sistemas.aids.gov.br/feminizacao/index.php?q=system/files/plano_2.pdf. Acessos em 27/2/2011.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Saúde, entendida como o conceito ampliado, que leva em conta determinantes sociais, mesmo a risco de medicalizar diversos âmbitos da vida. Há referências e recomendações, em documentos esparsos, alguns públicos, outros não. Assim como há práticas consensuadas entre movimento e Estado, como a educação pelos pares.

Uma política pública, de fato, trataria, sim, de especificidades, mas de todas elas, ou de muitas delas, e não apenas as relacionadas com DST/Aids, como se fosse o mais importante âmbito da existência das prostitutas – século XIX, novamente presente.

Assim, é possível considerar que não há políticas públicas globais para prostitutas no país. Existem retalhos, com predominância de programas na área da Saúde, como vimos, além de três iniciativas mais abrangentes. São elas:

A inclusão das “profissionais do sexo” na Classificação Brasileira de Ocupações, a CBO do Ministério do Trabalho e Emprego, que se refere especificamente à questão profissional, bandeira identitária do movimento, reconhecendo a prostituição como profissão, ou ocupação, ao lado de centenas de outras categorias. Como política pública ampla que é, abrange ainda a Previdência, ao garantir que profissionais do sexo, de qualquer gênero, registrem-se como trabalhadores autônomos e requeiram aposentadoria como tal. Além disso, tem pelo menos outro efeito: a possibilidade de uma pessoa informar ao Censo ser prostituta no quesito profissão, com a devida obrigação de o registro ser feito. E o Censo produz “informações imprescindíveis para a definição de políticas públicas e a tomada de decisões de investimento, sejam eles provenientes da iniciativa privada ou de qualquer nível de governo”.⁹

A segunda, no mesmo campo da identidade profissional, é o projeto de lei 98/2003, que abre as portas para a formalização da atividade. Após ter sido debatido em diversas comissões da Câmara e reconhecido como constitucional, está hoje arquivado, pelo fato de o deputado que o apresentou, Fernando Gabeira, não ser mais parlamentar.

E, finalmente, a terceira, que não é política pública, mas uma recomendação do Programa Nacional de Direitos Humanos 3, de 2010, no qual se indica como ação

⁹ Para CBO, www.mte.gov.br, ocupação 5.198. Sobre o Censo, http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm. Acesso: 18/4/2011.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

programática “Garantir os direitos trabalhistas e previdenciários de profissionais do sexo por meio da regulamentação da profissão” (BRASIL, 2010, p.69)

Portanto, além de programas e ações no setor de Saúde, especificamente DST e Aids, de mais efetivo e consistente, permitindo aplicações imediatas no campo censitário e previdenciário, existe apenas a CBO.

O que parece ser necessário é uma costura desses tantos retalhos, para que eles possam formar uma colcha, um conjunto de políticas públicas que permitam beneficiar de modo amplo este setor específico da sociedade. Ou seja, produzir e fazer circular sentidos sobre essas iniciativas, bem como propor outras, inclusive no Legislativo.

Este seria um desafio para o próprio movimento de prostitutas, no sentido de instar o Estado a assumir suas **responsabilidades** quanto à implementação e, sobretudo, manutenção de políticas públicas. Nesse caminho estaria aberta a possibilidade de as prostitutas deixarem de viver a doença nos gabinetes da Saúde e, vice-versa, de o Estado da Saúde deixar de viver a “doença” das prostitutas. Para assim garantir, entre outros mas talvez o mais importante, “a regulamentação de sua profissão”.

* *Resumo da monografia de especialização ao Curso Comunicação e Saúde 2010, no Icict.*

REFERÊNCIAS

BATISTELLA, C. Abordagens contemporâneas do conceito de saúde. *In*: FONSECA, Angélica Ferreira (org.). **O território e o processo saúde-doença**. Rio: EPSJV/Fiocruz, 2007, p. 51-86. Disponível em: www.epsjv.fiocruz.br/pdtsj/index.php?livro_id=6&area_id=2&capitulo_id=14&autor_id=&arquivo=ver_conteudo_2. Acesso em: 2/2/2010

BEIJO DA RUA, Rio, abril 2002: Davida, p.6. Disponível em: www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=1&coluna=6&reportagem=91&num=1. Acesso em: 19/3/2011



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

____, Rio: Davida, abril 2002. Disponível em: www.beijodarua.com.br. Acesso em: 27/2/2011.

BORTOLANZA, Elaine. As passarelas passeatas da Daspu. **Eroticomia** [blog], 29/10/2007. Disponível em: <http://eroticomia.blogspot.com/2007/10/as-passearelas-passeatas-da-daspu.html>. Acesso em: 17/4/2011.

BRASIL. **Código Penal**. Parte Especial. Título VI. Dos crimes contra a dignidade sexual. Capítulo V. Do lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual. Disponível em: www.dji.com.br/codigos/1940_dl_002848_cp/cp227a232.htm. Acesso em: 21/1/2011.

____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas da Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. **Profissionais do sexo: documento referencial para ações de prevenção das DST e da aids**. Brasília: Ministério da Saúde, março de 2002.

____. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Programa Nacional de DST e Aids. **Avaliação da efetividade das ações de prevenção dirigidas às profissionais do sexo, em três regiões brasileiras**. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: www.aids.gov.br/noticia/saude-discute-prostituicao-e-aids-em-brasilia. Acesso: 10/4/2011.

____. **12ª Conferência Nacional de Saúde**: Brasília, 7-11/12/2003: relatório final. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_12.pdf. Acesso em: 27/2/2011.

____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/Ministério da Saúde. **Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST**. 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde, julho 2007. Disponível em: http://sistemas.aids.gov.br/feminizacao/index.php?q=system/files/plano_2.pdf. Acesso: 27/2/2011.

____. Ministério da Saúde. **Sumário executivo**: I Consulta Nacional sobre DST/Aids, Direitos Humanos e Prostituição. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/consulta_nacional_dst_aids.pdf. Acessos: 27/2/2011 e 19/3/2011.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

_____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/Ministério da Saúde. **Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/Ministério da Saúde, 2009. 64 p. Versão revisada. Disponível em: <http://sistemas.aids.gov.br/feminizacao/sites/default/files/PlanoIntegrado-2009.pdf>.

Acessos: 27/2/2011 e 19/3/2011.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2010. 228p. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh3/pndh3.pdf>. Acesso: 5/6/2011.

CASTILHO, Inês. As prostitutas põem a boca no mundo. **Mulherio**, São Paulo, nov. 1987, p. 6

DAVIDA. **Prostitutas cidadãs**: o movimento organizado no Brasil e no exterior. Rio, maio 1994.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). 1.reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1**. Rio: Graal, 2003

FREITAS, G.L. *et al.* Discutindo a política de atenção à saúde da mulher no contexto da promoção da saúde. **Revista Eletrônica de Enfermagem**. 2009;11(2):424-8. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n2/v11n2a26.htm>. Acesso: 17/2/2011.

GIFFIN, Karen Mary. Nosso corpo nos pertence: a dialética do biológico e do social. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio, v.7, n.11, p.190-200, abr/jun 1991.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio: Guanabara Koogan, 1988.

HALL, Stuart. The work of representation. In: HALL, Stuart, ed. **Representation: Cultural Representations and Signifying Practices**. London, The Open University, 1997

HÖFLING, E.M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n.55, p.30-41, nov. 2001. Disponível em:



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>. Acesso: 4/4/2011.

LEITE, G. Coluna da Gabi. **Beijo da rua**, Rio, dez. 1988, p. 2.

_____. Caminho aberto para a puta cidadã. **Beijo da rua**, Rio, nov/dez 2006, p.12. Disponível em:

<http://www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=25&coluna=7&num=5>. Acesso: 17/4/2011.

_____. **Filha, mãe, avó e puta**: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio: Objetiva, 2009.

LEMOS, J. Anos 80: sexo vira moda mas não resolve sexualidade. **Beijo da rua**, Rio, 1991, n 7, p. 14.

LENZ, F. **Daspu**: a moda sem vergonha. Rio: Aeroplano, 2008. 264 p.

MELLO, A.S.V. **Burocratização e institucionalização das organizações de movimentos sociais**: o caso da organização de prostitutas Davida. Belo Horizonte, 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/VCSA-7GYUWE/1/disserta_o_andreia.pdf. Acesso em: 12/2/2011 e 19/3/2011.

OLIVEIRA, I.L. Novo sentido da comunicação organizacional: construção de um espaço estratégico. *In*: CONGRESSO ANUAL EM CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 26, 2003, Belo Horizonte.

PETERSON, C. Bordéis, gabinetes e serviços de saúde ganham manuais sobre Aids. **Beijo da rua**, Rio, out/nov. 1989.

RAGO, M. Do cabaré ao lar. Rio: Paz e Terra, 1985.

_____. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

ROHDEN, F. O império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio, v.15, supl., p.133-152, jun. 2008.

SCHMIDT, V.V. Sociedade civil organizada, políticas públicas e políticas de saúde no Brasil. **INTERthesis**, Florianópolis, v.3, n.1, p.1-28, jan/jun 2006. Disponível em: <http://www.journal.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/745/10827>. Acesso: 30/3/2011.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

THE LANCET, Londres, 14/5/2005, p. 1664. Disponível em:
[http://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(05\)66523-3/fulltext](http://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(05)66523-3/fulltext).

Acesso: 24/3/2011.